



1) Encontramos nos trechos de Berkeley e Quine duas posições distintas sobre o estatuto da experiência. Ainda que ambos os autores partam de uma mesma desconfiança da relação que ideias ou conceitos teriam com seus supostos objetos, esse desconfiança será levada para caminhos bem diferentes.

Berkeley, como um filósofo que se insere na tradição empirista, concebe que as ideias que temos são frutos da nossa percepção. Isto implica que as nossas sensações são a fonte do nosso conhecimento sobre a realidade. Ele radicaliza essa posição ao afirmar a realidade das ideias e por sob suspeita a teoria de que as ideias se referem a algum objeto externo para além da nossa percepção. Berkeley acredita ser impossível afirmar a existência desses objetos para as ideias que experimentamos e temos apenas se referem a outras ideias. Para fundamentar essa referência externa seria necessário agotar essa relação. O problema para o filósofo é que como nossa percepção produz ideias, qualquer objeto externo que percebe acaba sendo outra ideia e no caso de algo não percebido teríamos que afirmar a semelhança com algo que nem mesmo é identificável. Essa atenção à realidade das ideias caracteriza o idealismo de Berkeley e seu ceticismo com a hipótese de objetos que existem para além da percepção.

Encontraremos em Quine, uma posição de partida bem semelhante. Ela também afirma a dificuldade de embasar a relação entre conceitos e objetos físicos. Diferente de Berkeley, porém, não lhe interessa permanecer no ceticismo que decorre do idealismo berkeleyano. Admitindo o caráter mítico (hipotético) do objeto físico (ou seja, da referência), Quine acredita que a eficácia prática da prática científica observada de maneira como ele manipula a realidade é justificação suficiente.



Este filósofo tem, portanto, uma posição que podemos qualificar como pragmática, visto que o valor da hipótese se estaria na efetividade da sua prática e não na nossa capacidade de embasá-la científicamente.

O que se pode observar a partir da análise desses dois autores é que eles divergem no critério que justificam as suas posições ainda que identifiquem as mesmas dificuldades. Nenhum deles acredita ser possível justificar epistemologicamente a relação entre uma ideia e sua referência. Divergem, portanto, pois para Berkeley essa impossibilidade de justificar a relação põe sob suspeita a existência de entidades para além da percepção. Para Quine, por outro lado, o sucesso da prática científica mostra que a justificação epistemológica é irrelevante, passando a se apoiar em um critério pragmático para justificar a hipótese dos objetos físicos.

2) A tese popperiana apresentada afirma a importância de ter como orientação para a prática científica uma separação entre valores puramente científicos e extra-científicos. É seguro dizer que a maior parte das ciências atuais se organiza a partir dessa posição, procurando evitar a contaminação de valores ou ideologias no procedimento científico (contaminação que vemos na teoria do Design Inteligente). O que gostaríamos de falar aqui, porém, é problematizar essa posição popperiana a partir do investimento de Foucault sobre o nascimento das ciências humanas.

Foucault desenvolve em "As palavras e as coisas" a ideia que o saber e os objetos de saber de uma época são produtos de um episteme. A episteme, segundo o autor, seria o conjunto de regras e práticas que organizam e determinam o que é conhecimento em determinada época. Nessa forma, se no renascimento um saber organizado pelo senhorial (dai a força da astrologia que encontrava relações de generalizar em astros e planetas)



UFRJ) uma ideia clássica (início da modernidade) o saber passa a ser reorganizado a partir da representação (o que entendeu são abstrações como encontram-se na física newtoniana). Segundo Foucault, portanto, com tanta veremos uma nova epistemologia que o próprio homem (enquanto sujeito de conhecimento) é fonte do saber e condiciona ~~o que~~ aquilo que ele experimenta. Enquanto sujeito, o homem passa a ser a fonte de normatividade do saber. A partir desse momento (também a influência de Kant) o conhecimento passa a ser limitado pelas ~~a~~ capacidades do sujeito transcendental. A princípio a tese popperiana parece seguir dessa epistemologia, pois parte da necessidade de explorar e distinguir o científico/cognoscível do não científico. O problema que surge é que nessa epistemologia o homem vira outra coisa. Ele não é mais apenas um objeto empírico como qualquer outro, ele é um objeto empírico que pode normatizar os limites do saber. E por isso que Foucault ~~deixa~~ deixava o homem nesse ponto como um duplo empírico-transcendental. Se isso não afeta, a princípio, as outras áreas do saber (algo questionado atualmente por autores como Bruno Latour), torna-se necessário o surgimento de um campo de ciências que lide com esse duplo caráter do humano. Um objeto no nosso tempo é automaticamente constituído ele é fonte das representações que condicionam o mundo empírico pelo seu caráter normativo.

O que é problemático na universalidade da tese popperiana é que ela não da conta desse duplo caráter, algo que fica evidente na evolução da antropologia. Se pegarmos a teoria do parentesco clássica de Lewis Morgan, buscando-se investigar as variações das regras de parentesco em diversas sociedades. O que percebemos a partir de antropólogos como Lévi-Strauss, Maclan e Vassouras do Castro, é que essas descrições não são mentiras. O que se identifica como parentesco depende da cultura e do regime de parentesco em que se está inserida. Não há possibilidade de incluir o extracultural para o objeto estudiado e normatizante. É por essa razão que vemos na antropologia atual uma transformação que procura deixar exposta justamente a normatividade e valorização que orienta o sujeito para que seus objetos de estudo ~~não~~ sejam compreendidos a partir das suas próprias normas.



3) A posição de Adorno ~~pode~~ sobre o conhecimento pode ser compreendida a partir de dois passos. Primeiramente podemos identificar ali uma crítica aqueles que reduzem a experiência de conhecimento a uma simples adequação que limita o conhecimento a partir de um modelo prévio hipostasiado. O segundo passo é a defesa de uma reflexão sobre o conhecimento que seja dialética, ou seja, que retire os critérios a partir do confronto os próprios objetos de experiência. Isso não significa que Adorno propõe um conhecimento imediato das coisas. Se sua proposta é um conhecimento dialético é porque o objeto teria capacidade de demonstrar insuficiências do quadro conceitual que foi utilizado para dar conta desse experiência. O conhecimento produtivo parece então ser um ~~que~~ em que há uma mobilidade nas nossas próprias práticas de conhecimento ~~diante~~ diante do objeto da experiência. Não há, pois, qualquer desejo de um acesso imediato. É possível oferecer uma confirmação distórica dessa posição de Adorno se complementarmos com as ideias de Kuhn sobre a história das ciências.

No acordo com Kuhn encontramos dois tipos de atividades científicas: ciências paradigmáticas e ciências normais. As primeiras, paradigmáticas, são aquelas que produzem uma transformação no campo da ciência ao dissolverem um problema que estruturava a pesquisa científica e, em sua dissolução, instaurar-se um novo campo de questões. Como exemplo desse tipo de prática podemos mencionar Einstein. Se ele praticou ciência paradigmática é porque para resolver o problema do éter que ocupava a física no século XIX, Einstein acabou desenvolvendo a teoria da relatividade que ao mesmo tempo dissolvia a sua questão original (não havia éter), abria um novo campo de problemas para a física. Isso nos leva à ciência normal, pois ela é justamente a pesquisa que se desenvolve ao ~~estender~~ estender um paradigma que estrutura um campo de ciência. É importante notar — e aqui mos aproximamos de Adorno — que não é possível estabelecer uma superioridade,

entre os tipos de ciência. Se é a ciência paradigmática que faz a ciência avançar qualitativamente isso ocorre no momento em que uma atividade normal (embrenos de Einstein e seu desejo de desenvolver o ~~próprio~~ ^{própria} paradigma do ônix) dissolve o paradigma que a orientava.

O conhecimento — no caso a história das ciências — se organiza de maneira dialética. Os quadros conceituais não são impostos rígidos e é a sua própria mobilidade que faz com que a ciência avance. É possível então dizer que a posição de Adorno, que implica uma lógica dialética entre sujeito e objeto do conhecimento, se encontra confirmada no próprio desenvolvimento das ciências tal como elaborado por Kuhn.